

GEOPOLÍTICA DAS REGIÕES POLARES

Andrey Robson Silva Santos
Dante Severo Giudice
Ivanete Torres Oliveira Peixoto
Cleidson Oliveira Gomes

Palavras-chave: **Regiões Polares.** Ártico; Antártica; Geopolítica.

INTRODUÇÃO

Este trabalho vem sendo desenvolvido pelo grupo de pesquisa dinâmicas espaciais e desenvolvimento territorial, da UFOB - Universidade Federal do Oeste Baiano, sobre as questões geopolíticas que envolvem o continente Antártico e a região Ártica. As regiões polares despertam interesse geopolítico crescente devido aos seus recursos naturais, importância científica, potencial econômico, e as rotas transpolares que começaram a ser utilizadas graças aos avanços tecnológicos.

O objetivo principal deste estudo é compreender a complexidade geopolítica dessas áreas, examinando os aspectos de cooperação e conflito presentes. Pretende-se também alcançar uma compreensão aprofundada e fundamentada sobre os desafios multilaterais enfrentados por essas regiões extremas do planeta, considerando sua importância estratégica e as dinâmicas geopolíticas em jogo. O presente trabalho contribuirá para o conhecimento das questões geopolíticas, fornecendo insights valiosos para a compreensão dos desafios e oportunidades das regiões em estudo.

Para isso, a pesquisa utilizará o método de abordagem dialética, buscando investigar a realidade por meio do estudo e contradição de fenômenos, levando em consideração diferentes pontos de vista. Além disso, a metodologia empregada será qualitativa, baseada em pesquisa documental e bibliográfica, fazendo uso de fontes como livros, artigos, jornais e sites.

GEOPOLÍTICA DAS REGIÕES POLARES

A maior parte dessas regiões estão encoberta por gelos eternos, uma vez que a temperatura média é sempre inferior a 0º C. As Regiões Polares sempre tiveram um papel a margem na geopolítica global. De acordo com a geopolítica clássica de Ratzel (1901) e Mackinder (1904), não havia muito que se aproveitar em regiões desabitadas e isoladas das

demais regiões do globo. Assim sendo, o Ártico passou a ter algum valor estratégico apenas no contexto da Guerra Fria. A importância geopolítica do Ártico está ligada ao fato de ser rota dos voos e de passagem de navios, pela possibilidade do uso de seu espaço aéreo por bombardeiros e mísseis interbalísticos no equilíbrio nuclear. Ainda como rota de passagem, deve-se ressaltar que a espessa camada de gelo que cobre a região, geralmente não chega ao fundo oceânico, o que permite a passagem de submarinos.

Segundo Scalzaretto e Magnoli (1998) o primeiro submarino a passar sob a calota de gelo foi o Nautilus, em 1958, e com o desenvolvimento dos submarinos atômicos, criou-se nessa região um espaço geopolítico de grande interesse militar. Por outro lado, nas discussões geopolíticas mais recentes, o Ártico também ficava a margem em razão de sua inviabilidade econômica (THUROW, 1993), embora, as questões geopolíticas do Ártico também envolvam questões ambientais, por conta das transformações causadas pelo aumento das temperaturas e consequente degelo, os países "árticos" vêm procurando se adaptar a essas mudanças, fomentando políticas e estratégias para a região. Zellen (2009) faz considerações sobre as transformações geopolíticas e no meio ambiente, tais como a redução da calota polar, além da possibilidade de existência de bens minerais de valor econômico, o que atrai para a região os olhares do mundo.

O interesse na região por parte das nações árticas vem aumentando sobretudo devido ao volume de hidrocarbonetos disponível na região, estimado em 13% do petróleo e 30% do gás natural ainda não descobertos, sendo que as 70% das reservas de gás está em território russo.

As oportunidades econômicas e marítimas de um degelo no Ártico despertam o interesse de diversos países no que diz respeito ao acesso a grandes reservas de petróleo, gás natural e diversos outros minérios. A disputa sobre quem possui tais recursos pode se tornar a disputa territorial mais importante deste século. A consciência do potencial de recursos do Ártico aumentou enormemente depois que o Serviço Geológico dos Estados Unidos (US Geological Survey) publicou suas estimativas de reservas de hidrocarbonetos do Ártico em 2008. Essas estimativas sugerem que a região detém 13% do total petróleo não descoberto do mundo e 30% do gás natural não descoberto do mundo. Ou seja, 90 bilhões de barris de petróleo, 44 bilhões de barris de líquidos de gás natural e 1.670 trilhões de pés cúbicos de gás natural são recuperáveis na região congelada ao norte do Círculo Polar Ártico (USGS 2008). Além da possibilidade de surgir novas rotas comerciais marítimas mais curtas no hemisfério Norte.

Em 1991, os oitos países árticos (Estados Unidos, Canadá, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega, Rússia e Suécia) se uniram e estabeleceram a Estratégia de Proteção Ambiental do Ártico (Arctic Environmental Protection Strategy – AEPS). Foi criado, por iniciativa finlandesa, para abordar uma variedade de questões de proteção ambiental no Ártico. Após cinco anos lidando apenas com a questão ambiental, em 19 de setembro de 1996, uma nova entidade foi formada, por iniciativa canadense, denominado o Conselho do Ártico. É o principal fórum intergovernamental de alto nível que aborda além das questões de proteção ambiental, mas também o desenvolvimento sustentável na região do Ártico e enfatiza a importância dos acordos multilaterais. As oito nações fundadoras da AEPS compreendem também os estados membros do Conselho. Representantes indígenas do Ártico possuem status de participantes permanentes, e vários outros países e organizações internacionais são observadores. O Conselho se reúne a cada dois anos para coordenar as atividades e supervisionar o trabalho dos seis grupos de trabalho.

Os interesses regionais dos membros do Conselho se diferem extensivamente. Os Estados Unidos se recusaram a discutir questões de segurança com o Conselho do Ártico, pelo motivo que a organização ainda está bastante focada em questões ambientais. Os EUA se

sentem menos envolvidos no Ártico como região e estão interessados principalmente nas questões que se relacionam diretamente com o território do Alasca, seus interesses estratégicos e exploração de recursos (Heininen e Nicol, 2007).

Além disso, os EUA são o único Estado membro do Conselho do Ártico que não ratificou a UNCLOS (Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar). O presidente Clinton assinou a convenção em 1994 e o presidente George W. Bush expressou seu apoio ao requerido movimento pelo Congresso em 2009 (Howard 2009). Não obstante, alguns políticos influentes que se referem ao "excepcionalismo americano" conseguiram bloquear a ratificação pelo Congresso.

Os países circumpolares poderiam usar a UNCLOS para reivindicar uma parcela maior dos mares árticos, mas uma geografia única dificulta a aplicação da estrutura legal estabelecida na região (BORGERSON, 2008). Todos os cinco países circumpolares estiveram envolvidos em uma disputa territorial no Ártico até 2010. Os EUA estão envolvidos em três deles. Está em conflito com o Canadá sobre o status da Passagem do Noroeste (EUA: um estreito internacional, Canadá: águas internas), tem um conflito de fronteira com o mesmo país no Mar de Beaufort e outro com a Rússia no Estreito de Bering.

UNCLOS é um tratado que foi assinado em 1982 e implementado em 1994 e foi ratificado por 160 países em 2010, pela agência dos EUA para o desenvolvimento Internacional.

A UNCLOS é importante para o Ártico devido às grandes áreas de água da região. A mesma concede a cada estado costeiro o direito a um mar territorial que lhes proporciona uma soberania mais ou menos desqualificada sobre o mar, o fundo do mar e o subsolo. O regime de soberania é praticamente o mesmo para o território terrestre e as águas internas. A largura de um mar territorial é no máximo 12 milhas náuticas (aproximadamente 22 km), medida a partir de linhas de base que normalmente coincidem com o litoral de baixa altitude. Para o Ártico, com suas possivelmente substanciais reservas de hidrocarbonetos *off-shore*, a Zona Econômica Exclusiva (ZEE) é um conceito importante. A UNCLOS estipula que um estado costeiro tem direito a uma ZEE que normalmente não pode ultrapassar 200 m a partir das mesmas linhas de base. A sua ZEE fornece um estado com “direitos soberanos com o propósito de explorar, conservar e gerir os recursos naturais, seja vivo ou não vivo, das águas suprajacentes ao fundo do mar e do leito do mar e seu subsolo...” (ONU, 1982). O estado costeiro tem uma soberania limitada sobre uma ZEE, pois outros países têm aqui o direito de navegação, sobrevoo e pesca.

Se um país argumentar que sua plataforma continental se estende além de 200 milhas das linhas de base mencionadas anteriormente, deve apresentar provas para fundamentar tal reivindicação à Comissão sobre os Limites da Plataforma Continental (CLCS). Este caso deve ser feito dentro de 10 anos de um país que ratifique a UNCLOS.

No outro extremo está a Antártida, um dos seis continentes do planeta Terra, encontra-se na região mais meridional e é caracterizada por condições atmosféricas extremas, como frio intenso e persistente, ventos fortes, tempestades de neve e baixa umidade do ar, sendo considerada o maior deserto do mundo. Com uma área de 13,2 milhões de km², possui uma população sazonal que varia entre 1.000 pessoas no inverno e 4.000 pessoas no verão, composta principalmente por pesquisadores e equipes dedicadas à exploração científica da região.

A primeira base científica na Antártida foi estabelecida pela Argentina em 1904, seguida por outras nações que também reivindicaram direitos de posse sobre a região. Com o avanço da tecnologia, a ocupação permanente tornou-se mais viável, resultando em um aumento na população. De 17 habitantes em 1944, a população flutua conforme mencionado acima.

Por um lado, a Antártida tem sido um exemplo notável de cooperação internacional. O Tratado da Antártida, assinado em 1959, estabeleceu um regime jurídico que proíbe reivindicações territoriais e militarização na região, promovendo a cooperação científica, a proteção ambiental e a livre circulação. Por meio do Tratado, os Estados-partes têm trabalhado juntos em pesquisas científicas, compartilhando informações e colaborando em projetos de

preservação ambiental, resultando em avanços significativos na compreensão do clima global e da biodiversidade.

Durante o Ano Geofísico Internacional, que ocorreu de 1º de julho de 1957 a 31 de dezembro de 1958, a ideia de uma conferência internacional sobre a questão da Antártida ganhou força. Em 1959, na Conferência de Washington, 12 países, incluindo Argentina, Austrália, África do Sul, Bélgica, Chile, Estados Unidos, França, Japão, Nova Zelândia, Noruega, Reino Unido e Rússia (URSS), assinaram o Tratado da Antártida, que internacionalizou a região. O tratado, em vigor desde 1961, estabeleceu 30 anos de uso pacífico e científico, proibindo qualquer uso nuclear. Desde então, vários países aderiram ao tratado, incluindo o Brasil em 1975, que instalou a base Comandante Ferraz em 1982, com diferentes categorias de participação.

Na 16ª Conferência da Antártida, em 4 de outubro de 1991, foi criado um comitê para proteção do meio ambiente, que proibiu a exploração mineral no continente pelos próximos 50 anos, ou seja 2041.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como propósito mostrar como é que está se desenvolvendo a geopolítica das regiões polares. No Ártico o foco principal é a gestão dos recursos naturais que estão nessa área já que eles não são renováveis. E quem é responsável por essa gestão são os países do Conselho do Ártico que avaliam não apenas as vantagens que o território ártico oferece (posição geográfica estratégica, grande volume de hidrocarbonetos disponíveis na região e etc.), mas também o lado socioambiental. Para assim se ter um desenvolvimento eficiente e sustentável no Ártico e proporcionar uma solução para os conflitos não só geopolíticos, mas também de interesses.

Por outro lado, a Antártica também é um terreno fértil para tensões e disputas geopolíticas. Embora o Tratado tenha congelado as reivindicações territoriais, existem sobreposições de reivindicações entre alguns países, como Argentina, Chile e Reino Unido, que disputam parcelas de território antártico. Além disso, a crescente demanda por recursos naturais, como petróleo, gás, minerais e pesca, tem levantado preocupações sobre a exploração sustentável e a distribuição equitativa dos benefícios.

Nesse contexto, surgem desafios multilaterais que exigem uma abordagem geopolítica abrangente. É necessário fortalecer os mecanismos de cooperação existentes, aprimorar a governança e a aplicação das normas ambientais, além de buscar soluções equilibradas para questões econômicas e territoriais. A inclusão de mais atores relevantes, como organizações não governamentais e povos indígenas locais, pode contribuir para uma gestão mais abrangente e representativa.

Em suma, as Regiões Polares são um espaço complexo, onde a cooperação e o conflito coexistem. A abordagem geopolítica permite uma compreensão aprofundada dos desafios multilaterais enfrentados nas regiões, abrindo caminho para o desenvolvimento de estratégias que promovam a cooperação efetiva, a sustentabilidade ambiental e a preservação dos interesses de todas as partes envolvidas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, I. de O. **O Brasil na Antártica: A importância científica e geopolítica do Protoantar no entorno do estado brasileiro**. São Paulo: Ed. IPEA, 2018.

ANDRADE, I. de O. O Brasil na Antártica: **A importância científica e geopolítica do Protoantar no entorno do estado brasileiro**. São Paulo: Ed. IPEA, 2018.

AZAMBUJA, P. **Antártida, História e Geopolítica**. Rio Grande/RS. Editora: FURG, 2012.

BORGERSON, J.L. (2008) “Living Proof: Reflections on Irreplaceability,” C.L.R. **James Journal**, 14(1), 269-283.
DAMASKY, J. M. **Geopolitica Antartica o Desintegración Nacional**. Morrisville, North Carolina: Ed.Lulu Press, Inc., 2007
ARTIC COUNCIL. Parlamentares do Ártico. U.S. Arctic Policy. Disponível em: <https://2001-2009.state.gov/g/oes/ocns/arc/>. Acesso em: 15 mar. 2025. http://arctic-council.org
COUNTRIES in tug-of-war over Arctic resources. CNN: [s.n.], 2009. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2009/TECH/science/01/02/arctic.rights.dispute/index.html>. Acesso em: 10 abr. 2025. https://2009-2017.state.gov/e/oes/ocns/opa/arc/ac/establishmentarcticcouncil/index.htm
DAMASKY, J. M. Geopolitica Antartica o Desintegración Nacional. Morrisville, North Carolina: Ed.Lulu Press, Inc., 2007
EFFERINK, Leonhardt. Arctic Geopolitics – Russia’s territorial claims, UNCLOS, the Lomonosov Ridge. 2011. 147 p. Artigo (Mestrado em Geopolítica, Território e Segurança)- King's College London, [S.l.], 2015. Disponível em: <http://www.exploringgeopolitics.org/publication_efferink_van_leonhardt_arctic_geopolitics_russian_territorial_claims_unclos_lomonosov_ridge_exclusive_economic_zones_baselines_flag_planting_north_pole_navy/>. Acesso em: 08.04.2025.
HEININEN, L., & NICOL, H. (2008). Canada and the new geopolitics of the North Pacific rim. In *Seeking Balance in a Changing North : The 5th NRF Open Assembly was held in Anchorage, Alaska in 24th - 27th of September 2008* (2009 ed., pp. 26-).
HOWARD, S.B. Falando da Sociedade. São Paulo: Ed. Zahar, 2009.
JÚNIOR, Enoil de Souza; ROSA, Kátia Kellem; SIMÕES, Jefferson Cardia. geopolítica do ártico: mudanças nas políticas para o norte. 2015. 248-267 p. Artigo (Pós graduação)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/289223799_GEOPOLITICA_DO_ARTICO_MUDANCAS_NAS_POLITICAS_PARA_O_NORTE>. Acesso em: 15 abr. 2025.
MACKINDER, H.J. O Pivô Geográfico da História. In: Conferência lida na Royal Geographical Society, em 25 de janeiro de 1904. Texto publicado no The Geographical Journal, Vol. 23, número IV, abril de 1904, pp. 421 – 37. Tradução de Fabricio Vasselai: GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 29, pp. 87 - 100, 2011
NOVA guerra fria começa a despontar no Ártico. [S.l.]: EL PAÍS, 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/02/internacional/1427998445_036342.html>. Acesso em: 15 jul. 2018. https://arctic-council.org/index.php/en/ a disputa pela última fronteira econômica – a geopolítica do ártico. Disponível em: <https://nemrisp.wordpress.com/2016/02/26/a-disputa-pela-ultima-fronteira-economica-a-geopolitica-do-artico/>. Acesso em: 31.03.2025.
ONU, A convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar foi adotada em Montego Bay, Jamaica, 1982,
RATZEL, F. Antropogeografia. São Paulo: Ed. Ática, 1990.
RECURSOS Geológicos – O Petróleo do Árctico. Disponível em: <https://blacksmoker.wordpress.com/2008/07/25/recursos-geologicos-o-petroleo-do-arctico/>. Acesso em: 15 mar. 2025.
SCALZARETTO,R.; MAGNOLI, D. Geografia – O Espaço Global e os Blocos Regionais. São Paulo: Ed.Moderna, 1998.
SILVA, Carolina Nóbrega. A Geopolítica do Ártico e a política externa da Rússia para a região (2007-2017). 2017. 91 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)- ISCSP, Lisboa, 2017. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/14847/1/A%20Geopol%C3%ADtica%20do%20%C3%81rtico%20e%20pol%C3%ADtica%20externa%20da%20R%C3%BAssia%20para%20a%20regi%C3%A3o%20%282007-2017%29%201.pdf>. Acesso em: 28.03.2025.
THUROW, Lester, Head to Head: The Coming Economic Battle Among Japan, Europe and America, Nova Iorque, 1993.
VILA, R. D. A Antártida no sistema internacional. São Paulo: Ed. Hucitec, 2004.
ZELLEN,B.S.; HICKEL,W. J. H.; MORAN, D. J. Artic Doom, Artic Boom: The Geopolitics of Climate Change in the Arctic (Security and the Environment). Akuland: Ed.Praeger, 2009. 1ªed,